

# A permanência escolar e suas relações com a política de assistência estudantil

School permanence and its relations with the student assistance policy

Gleice Emerick de Oliveira<sup>1</sup>; Maria Rita Neto Sales Oliveira<sup>2</sup>

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, CEFET, Belo Horizonte, MG, Brasil

## Resumo

Este artigo tem o objetivo de investigar a permanência escolar dos estudantes da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM) na forma integrada ao ensino médio e suas relações com a Política de Assistência Estudantil (PAE) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Brasil. Possui abordagem metodológica qualitativa utilizando-se do procedimento técnico de estudo de caso, empregando, no levantamento de dados, questionários e entrevistas com estudantes bolsistas do Programa de Bolsas dessa instituição de ensino e com os gestores da Secretaria de Políticas Estudantis (SPE). A análise dos dados relativos à permanência escolar, sob a ótica dos estudantes bolsistas e gestores da SPE, revela dois aspectos considerados importantes para a sua permanência nesta instituição: a disponibilidade, proporcionada pelo aporte financeiro, que permite a dedicação exclusiva aos estudos e o prestígio social da instituição que desperta neles a esperança de um futuro mais promissor, principalmente no que se refere à qualificação para o mundo do trabalho. Já os gestores da SPE sinalizam os desafios da PAE, particularmente, aqueles que dizem respeito à ampliação de direitos dos estudantes e efetivação de metas relativas à gestão do programa. Também, apontam para a importância de que a PAE deixe de ser uma política de governo e se transforme em política de Estado.

**Palavras-chave:** Permanência escolar, Política de assistência estudantil, Educação profissional técnica de nível médio, Programa de bolsas.

## Abstract

This article aims to investigate the permanence of students from Professional Technical Education at Secondary Level (EPTNM) integrated to high school and its relations with the Student Assistance Policy (PAE) of Federal Center for Technological Education of Minas Gerais (CEFET -MG), Brazil. It has qualitative approach using the technical procedure of case study and, for data collection, questionnaires and interviews with scholarship students of the Scholarship Program of this educational institution and managers of the Department of Student Policies (SPE). Results show that students of CEFET-MG EPTNM receiving financial support do not attach the receipt of grants academic achievement. According to them, there are two aspects that are important for their stay in this institution: the availability, provided by the financial support, which allows exclusive dedication to studies and the social prestige of the institution that awakens the hope of a promising future, especially concerning the qualification for the world of work. The SPE managers sign the challenges of PAE, particularly those related to the expansion of students' rights and enforcing targets

1 Mestre em Educação Tecnológica no Centro Federal de Minas Gerais. Especialista em Metodologia do Ensino Fundamental e Médio pelo Centro de Pesquisa em Educação da UEMG e em Planejamento, Gestão e Implementação em Educação a Distância pela Universidade Federal Fluminense (UFF). E-mail: gleice.emerick@yahoo.com.br

2 Doutorado em Filosofia com concentração em Instrucional Design e domínio conexo em International Intercultural Development Education – Florida State University (1985). E-mail: mariarita2@dppg.cefetmg.br

for program management. They also allude to the importance for PAE to no longer be a government policy but a State policy instead.

**Keywords:** School permanence, Student assistance policy, Professional technical education at Secondary Level, Scholarship program.

## Introdução

A Educação é um dos direitos mais valiosos de uma sociedade democrática. O direito à educação escolar em um regime democrático tem como suporte as legislações que estabelecem como responsabilidade do Estado a garantia de igualdade de oportunidades e, na medida em que se avança nesse direito, é também dele, a responsabilidade de intervir e combater as desigualdades geradas por sistema econômico que favorece a exclusão. A prescrição legal da educação como um direito a coloca como um ponto prioritário nas políticas sociais, principalmente por causa de seu caráter obrigatório, o que a diferencia de outros direitos sociais<sup>3</sup>.

De acordo com Horta (1998), o direito à educação se diferencia dos outros direitos sociais como a assistência médica gratuita, a moradia, a alimentação, porque os cidadãos podem escolher pela utilização ou não desses serviços. O mesmo não acontece com a educação, pois, paradoxalmente, ela é um direito, mas também uma obrigação. Nesse sentido, não há família que possa decidir por não enviar suas crianças à escola. A compreensão de que é responsabilidade do Estado a garantia de meios para que esse direito alcance a todos é um passo importante para a consolidação do acesso e da permanência nas instituições escolares, principalmente ao se considerarem as profundas marcas da desigualdade e da exclusão na sociedade, especialmente em nosso país.

## A produção intelectual sobre a permanência escolar

A produção intelectual sobre a permanência escolar pode ser categorizada por temas que recebem diferentes ênfases, independentemente do nível ou modalidade de ensino em que os estudos foram realizados. Assim, ela pode ser tratada nas perspectivas:

a) da ampliação do tempo do estudante na escola, para além do tempo regular previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei n. 9394/96 (BRASIL, 1996). A ampliação do tempo diário do estudante na escola envolve a análise das mudanças na organização e no funcionamento das instituições escolares. Nesse sentido, busca-se compreender os significados do tempo ampliado e as transformações provocadas nas rotinas escolares e no processo de ensino e aprendizagem (SANTOS, S.V., 2009 (a); TORALES, 2012);

b) do ordenamento jurídico que envolve a análise das legislações e o debate concernente à efetivação do direito ao acesso e à permanência escolar (DORE e LÜCHER, 2011; LENSKIJ, 2006; REZENDE *et al*, 2013; ZUTTIN, 2008);

c) do acesso de grupos específicos à instituição escolar, como no caso dos estudantes negros, os estudantes que cumprem medidas socioeducativas e os estudantes com deficiência; todos eles categorizados como grupos minoritários (ALBINO,

3 Ver legislações como a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (BRASIL, 1988), a Lei n. 8069/1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) e a Lei n. 13005/2014 – Plano Nacional de Educação - 2014 a 2024 (BRASIL, 2014).

2005; BITTAR e ALMEIDA, 2006; DIAS, ARPINI, SIMON A.C.G., 2011(a); DIAS A. F., 2011(b); DOEBER, 2011; FAVARO, 2011; FERREIRA, 2007; KRAINSKI, 2013; MOREIRA e BOLSANELLO, 2011; SANTOS, D. B. R., 2009(b); SANTOS, C. S., 2012; SOARES, 2011; SOLFA, 2008);

d) da escolarização de adultos, especificamente nos cursos de Educação de Jovens e Adultos. Esses estudos tratam da permanência escolar como um direito que foi negado a esses sujeitos que, por razões de ordem objetiva e subjetiva, definem pelo seu retorno aos bancos escolares (CARIAS, 2009; CAVALCANTE, 2008; FAVERO, 2009; NORO, 2011; OLIVEIRA, P. C. S, 2011(a); SEVERINO *et all*, 2013 (a); SEVERINO *et all*, 2013(b));

e) da compreensão da permanência como longevidade escolar, relacionando-a ao êxito ou sucesso no desempenho acadêmico, tendo, geralmente como sujeitos da pesquisa, as populações de baixas condições socioeconômicas. Nesse caso, procura-se analisar as complexas relações entre o contexto social e familiar em que o estudante está inserido e o cotidiano da escola (COSTA, 2013; MORAIS e NEVES, 2013; SILVA, PELISSARI, L STEIMBACH, 2013 (a); VERDASCA, 2007; ZAGO, 2006);

f) dos programas e ações desenvolvidos pela Política de Assistência Estudantil nas instituições públicas (ABREU, 2012; ARANHA, PENA, RIBEIRO, 2012; CARVALHO, 2012; COSTA, 2011; FABRES, 2013; FERNANDES, 2012; FINATTI, 2007; GONÇALVES, 2011; KOWALSKI, 2012; MENEZES, 2012; RODRIGUES, L.M.O; 2008; OLIVEIRA, E. A., 2011(b); RAMALHO, 2013; SILVA, W., 2013(b); VARGAS, 2008). Em qualquer um desses casos, as pesquisas tratam do direito que o estudante possui: à escolarização e à conclusão de seus cursos.

Entre as bibliografias selecionadas foram encontrados 04 estudos que não se atendem à categorização utilizada neste estudo. São eles: Davis e Nunes (2005), Glória e Mafra (2004), Carrasco (2012) e Lopes e Gomes (2012). Embora não se encaixem nas categorizações mencionadas anteriormente, eles atendem aos descritores utilizados no levantamento bibliográfico. Essas obras tratam de assuntos diversos como: o sucesso escolar e suas relações com a metacognição (DAVIS e NUNES, 2005), a prática da não retenção e suas relações com o sucesso escolar (GLÓRIA e MAFRA, 2004), as expectativas dos professores em torno do sucesso e do fracasso escolar do aluno (CARRASCO, 2012), o bom clima institucional, especialmente, na sala de aula como condição para o sucesso escolar (LOPES e GOMES, 2012).

Considerando as diferentes formas de se compreender a permanência escolar, o caminho analítico percorrido por este estudo relaciona a permanência escolar aos programas e ações desenvolvidos pela Política de Assistência Estudantil dos cursos da EPTNM na forma integrada do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG).

### **A permanência escolar e a Política de Assistência Estudantil**

A permanência escolar relacionada aos programas e ações de assistência estudantil pode ser compreendida como a promoção da participação qualitativa dos estudantes no ambiente escolar, bem como o seu acesso aos recursos infraestruturais e pedagógicos disponíveis na instituição de ensino. Os estudos nomeiam essas

ações ou programas como Política de Assistência Estudantil (PAE). Geralmente, estas são caracterizadas pelo alcance de suas ações podendo ser nomeadas como programas ou ações de abrangência geral ou de abrangência específica. Entre os programas de assistência estudantil de abrangência geral – aqueles a que todos os estudantes têm acesso - destacam-se a oferta de serviços referentes à biblioteca, aos refeitórios, aos laboratórios didáticos, ao ensino de línguas, à inclusão digital, ao acompanhamento psicopedagógico, à participação no desenvolvimento de projetos de pesquisa, bem como ações de acesso à cultura e ao lazer. Quanto aos programas de assistência estudantil, caracterizados como de abrangência específica – aqueles que atendem a grupo específico – destacam-se aqueles que preveem suporte financeiro ou apoio econômico para gastos relativos ao transporte escolar, à moradia, à saúde e à alimentação (FERNANDES, 2012), promovendo as condições necessárias para que estes estudantes deem continuidade aos seus cursos.

Para situar o fenômeno da permanência no âmbito da EPTNM realizou-se levantamento bibliográfico com base nas publicações da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), nos Grupos de Trabalho de Estado e Políticas (GT 05) e Trabalho e Educação (GT 09); da Associação Nacional de Política e Administração em Educação (ANPAE); do III Colóquio Internacional de Educação Profissional e Evasão Escolar; da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD); e da *Scientific Electronic Library Online* (SciELO).

Os descritores utilizados para a seleção das publicações foram: Permanência; Política de Assistência Estudantil e Êxito ou Sucesso Escolar, no período de 2004 a 2013, organizado em dois subperíodos. O primeiro, compreendido entre os anos de 2004 a 2008, logo por ocasião da homologação do Decreto n. 5.154/2004 (BRASIL, 2004), em que é possível, na prática, a retomada da oferta da EPTNM na modalidade integrada ao Ensino Médio. O segundo período, de 2009 a 2013, por conta da homologação da Lei n. 11.892/2008 (BRASIL, 2008), que institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A Tabela 1 sintetiza as publicações selecionadas para o presente estudo.

**Tabela 1** - Publicações sobre a permanência escolar – 2004 - 2013

Fontes	Total	2003-2008	2009-2013
ANPAE		-	-
ANPEd (GTs 05 e 09)		-	-
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações	30	08	22
III Colóquio Internacional de EPT e Evasão Escolar	03	-	03
SciELO	15	05	10
Total	48	13	35

Fonte: Elaborada a partir das publicações dos portais da ANPEd, ANPAE, BDTD, SciELO, Acesso em julho de 2014.

Sobre a Política de Assistência Estudantil, os estudos demonstram que, embora os programas e ações da PAE sejam muito importantes para a promoção da permanência escolar, principalmente dos estudantes de baixa condição socioeconômica, não alteram as desigualdades educacionais entre as pessoas de diferentes classes sociais, como explicitado por Vargas (2008) quando afirma que “a democratização

segregativa não é democratização de fato, pois reforça as desigualdades entre as classes sociais” (p.184).

Os estudos sobre a permanência escolar, nos limites desse trabalho, podem ser distribuídos por níveis, etapas e modalidades da educação brasileira, evidenciando que as pesquisas sobre o tema foram desenvolvidas, predominantemente, na Educação Superior, conforme demonstrado na tabela 2.

**Tabela 2** - Estudos sobre permanência escolar, segundo nível ou modalidade de ensino 2004 - 2013

Nível ou modalidade de ensino	Total
Educação Superior	25
Educação Básica (Ensino Fundamental, EJA e Ensino Médio)	16
Educação Profissional Técnica de Nível Médio e PROEJA	09
Total <sup>1</sup>	50

Fonte: Sítios eletrônicos da ANPEd, da ANPAE, da BDTD e da SciELO. Último acesso outubro de 2013.

Como demonstrado na tabela 02, o levantamento bibliográfico indica que a produção intelectual sobre permanência escolar ainda é relativamente pequena, principalmente quando o campo do estudo é a EPTNM. Desse modo, não foram encontrados estudos que tivessem como objeto a permanência escolar na EPTNM e suas relações com a assistência estudantil sob a ótica do estudante bolsista e dos gestores da PAE até dezembro de 2013, com último acesso em 31 de agosto de 2014.

Os estudos sobre a PAE, a maioria desenvolvidos nos cursos de graduação, avaliam, sobretudo, as políticas de assistência em si: a qualidade e o alcance dos programas (GONÇALVES, 2011; ABREU, 2012) ou discorrem sobre conceitos como equidade, direito educacional, política pública educacional e a democratização do acesso à Educação Superior (FERREIRA, 2007; VARGAS, 2008; FABRES, 2013; FINATTI, 2007, KOWALSKI, 2012). Também tratam do Plano Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (COSTA, 2011; FERNANDES, 2012) e as particularidades do trabalho desenvolvido pelo assistente social na elaboração e na implantação da PAE (CARVALHO, 2012; OLIVEIRA, 2011 (b); RAMALHO, 2013). Dos 13 trabalhos sobre a PAE, apenas três foram objeto de pesquisa em Faculdades de Educação (FERNANDES, 2012; RAMALHO, 2013; VARGAS, 2008). Os outros estudos foram desenvolvidos em programas de pós-graduação de administração, políticas públicas e serviço social.

### **O Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais e a Política de Assistência Estudantil**

O Plano de Desenvolvimento Institucional do CEFET-MG - 2011-2015 (CEFET, 2012), informa que este é uma instituição de Educação Superior que oferta cursos de EPTNM, de graduação, de pós-graduação e de extensão. Conforme o PDI de 2011-2015:

O CEFET-MG é uma Autarquia de regime especial, vinculada ao MEC, detentora de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática e disciplinar; é uma instituição pública de Educação Superior no âmbito da educação tecno-

lógica, abrangendo os níveis médio e superior de ensino e contemplando, de forma indissociada, o ensino, a pesquisa e a extensão, prioritariamente na área tecnológica e no âmbito da pesquisa aplicada (CEFET-MG, 2010, p. 20).

Com sede em Belo Horizonte, o CEFET-MG possui três *campi* na capital e sete no interior de Minas Gerais, nas regiões da Zona da Mata (Leopoldina), do Alto Paranaíba (Araxá), do Centro-oeste de Minas (Divinópolis), do Sul de Minas (Varginha e Nepomuceno), do Rio Doce (Timóteo) e na Região Central do Estado (Curvelo) e em Contagem (Região Metropolitana de Belo Horizonte).

O CEFET-MG, criado há mais de 100 anos<sup>4</sup>, revela, em sua história institucional, a abrangência, capilaridade e perenidade de política educacional, que resultou no prestígio e no reconhecimento da sociedade mineira em relação à boa qualidade do trabalho pedagógico desenvolvido nessa instituição.

### **A PAE nos cursos de EPTNM na forma integrada no CEFET-MG**

A Política de Assistência Estudantil (PAE), no CEFET-MG, é gerenciada pela Secretaria de Políticas Estudantis (SPE), criada por meio da Resolução CD-049/2012 de 03 de setembro de 2012. Atualmente está estruturada em três coordenadorias:

- a. programa de Bolsas e de Acompanhamento Psicossocial;
- b. programa de Alimentação Estudantil;
- c. programa de Acesso e de Temáticas da Juventude.

A SPE do CEFET-MG tem a responsabilidade de garantir aos estudantes as condições necessárias para desenvolverem seus estudos com qualidade. Para tanto, cinco eixos foram eleitos como norteadores da PAE nesta instituição.

I. Democratização do acesso de estudantes de baixa renda, de portadores de necessidades especiais e de segmentos sociais, excluídos da escola pública e gratuita através de medidas e programas que estimulem e garantam esse acesso.

II. Permanência do estudante na escola e a conclusão de sua formação com qualidade por meio de apoio socioeconômico, psicossocial e educacional.

III. Melhoria da qualidade do ensino, por meio de programas socioeducativos e de assessoramentos a professores, dirigentes, órgãos colegiados, educandos, que contribuam para a formação integral dos estudantes.

IV. Democratização da educação e dos programas sociais, fomentando a participação da comunidade escolar nas proposições, execuções e avaliações, com transparência na utilização dos recursos e nos critérios de atendimento.

V. Conhecimento da realidade da Escola e de seu público, através de estudos e pesquisas, a fim de subsidiar avaliações e propostas de revisão das diversas políticas da Instituição. (CEFET, Resolução CD-083/04, art. 6º).

4 A primeira sede da instituição foi inaugurada na área central da cidade de Belo Horizonte no ano de 1910. Suas atividades iniciaram-se com 20 alunos inscritos. Os cursos inicialmente oferecidos foram o primário e o de desenho e as oficinas de trabalhos manuais: carpintaria, marcenaria, ourivesaria, sapataria e ferraria (CEFET, 100 anos: linha do tempo, s/d).

Os eixos norteadores da Política de Assistência Estudantil do CEFET-MG preveem o apoio “socioeconômico, psicossocial e educacional” àqueles que dele demandarem. Nesse contexto, a SPE organizou seus programas em dois grupos: os que exigem e os que não exigem inscrição prévia. Os programas de abrangência universal (não exigem inscrição prévia) podem ser acessados ao longo da trajetória escolar do estudante, em qualquer época do ano, sem exigência de documentos comprobatórios (atestados, declarações, documentação em geral).

Entre os programas de abrangência universal, destaca-se o de Alimentação. O Programa de Alimentação é considerado pela SPE do CEFET-MG como a mais importante de todas as ações desenvolvidas pela assistência estudantil, uma vez que muitos estudantes teriam dificuldades de permanecerem na instituição se não tivessem acesso à alimentação de qualidade (almoço e jantar) a baixo custo<sup>5</sup>.

Em relação aos programas que atendem a grupos específicos (exigem inscrição prévia), destacam-se o Programa de Bolsas e de Apoio Psicossocial que oferta 03 modalidades de bolsas: a Permanência, a Emergencial, a de Complementação Educacional e o Programa de Alimentação/Bolsa.

### **O Programa de Bolsas do CEFET-MG**

O Programa de Bolsas compreende a Bolsa Permanência (PBP), a Bolsa Emergencial (PBE) e a Bolsa de Complementação Educacional (BCE) com o objetivo comum de apoiar os estudantes em seu processo de escolarização por meio de suporte financeiro. As Bolsas foram implementadas uma a uma, em anos diferentes, sendo a BCE o programa mais recente. Os valores relativos à PBP e à PBE são de R\$300,00, e, para a BCE, de R\$ 520,00<sup>6</sup>.

Os estudantes atendidos pelo Programa de Bolsas possuem o direito às assistências pedagógica e psicossocial, à participação no Fórum de Estudantes Bolsistas e à isenção da taxa de alimentação em todas as refeições realizadas nos restaurantes da instituição. Os valores relativos ao Programa de Bolsas são depositados até o quinto dia útil, na conta do estudante. O Programa tem a validade de um ano letivo, ao final do qual o estudante deverá solicitar sua renovação. Havendo disponibilidade de recursos, o Regulamento Interno prevê o atendimento ininterrupto do estudante até a conclusão de seu curso, bastando que ele renove sua inscrição. O regulamento da SPE, atualmente, não permite ao estudante receber, concomitantemente, mais de um tipo de modalidade de bolsa.

### **A permanência sob a ótica dos gestores da Secretaria de Políticas Estudantis e dos estudantes do Programa de Bolsas do CEFET-MG**

Visando a compreensão da dinâmica do trabalho desenvolvido pela Coordenadoria do Programa de Bolsas do CEFET-MG, Campus I, foram entrevistadas duas gestoras da SPE – a primeira tem a responsabilidade da gestão de caráter mais amplo (entrevistada 01) e, a outra, gerencia o Programa de Bolsas, (entrevistada 02).

---

5 Em 2014, o custo de cada refeição não ultrapassou o valor de R\$1,50.

6 Valores relativos ao ano de 2014.

## A SPE e o Programa de Bolsas sob a ótica dos gestores

A entrevistada 01, diretora geral da Secretaria de Política Estudantil, caracterizou os desafios da SPE em 04 eixos:

- a. a composição de equipe mínima para o desenvolvimento dos programas e ações da SPE em todas as unidades do CEFET-MG;
- b. a necessidade de qualificação e expansão dos programas e ações da SPE, bem como do aporte de recursos;
- c. as condições necessárias para se garantir a uniformidade da execução dos programas e ações nas unidades do CEFET-MG;
- d. a emergência do fomento de trabalhos multidisciplinares e articulação com outros departamentos e secretarias do CEFET-MG.

O primeiro desafio elencado pela entrevistada 01 apresenta reivindicação dessa secretaria: a necessidade de composição mínima das equipes em todas as Unidades do CEFET-MG (um assistente social, um psicólogo, um nutricionista - onde existe restaurante - e um apoio administrativo), como condição para desenvolver um trabalho satisfatório. Como exemplo, a entrevistada 01 menciona as unidades de Curvelo e de Contagem, que ainda não possuem essa equipe constituída. A entrevistada 01 também esclarece que há a necessidade de recomposição das equipes existentes, uma vez que alguns funcionários se aposentam, entram de licença por longos períodos e, na maioria das vezes, não são encaminhadas outros profissionais para substituí-los.

Outro desafio para a SPE é a qualificação e expansão das ações dos programas e, conseqüentemente, de ampliação orçamentária. O PDI - 2011-2015 (CEFET, 2012):

O desafio é esse, a maior qualificação dos trabalhos prestados pela coordenadoria de bolsa e o acompanhamento básico aos bolsistas, e, depois, a ampliação do programa. Já a coordenadoria de acesso às políticas das juventudes vai tratar das discussões das políticas de inclusão, de permanência simbólica, das concepções que acompanham a política de cortes e as temáticas das juventudes... Porque a gente tem aqui várias práticas de trabalho com essas temáticas diversas, como as drogas, por exemplo. A gente vê uns projetos interessantes sobre sexualidade... eu gosto de falar porque é minha praia, minha paixão. Hoje temos muitos materiais, produções simples, mas que foram um marco importante. Já fizemos capacitação sobre temáticas das juventudes para suscitar outros projetos e trabalhar a formação integral... não queremos ficar apenas na assistência material. Mas para a gente trabalhar outras temáticas é necessário um trabalho mais transversal ainda (Entrevistada 01, Caderno de Campo, entrevista em 28/10/2014).

Junto a isso, há o desafio se garantir a uniformidade do trabalho da SPE em todas as unidades do CEFET-MG por meio da implementação de estratégias que possibilitem um trabalho mais coeso e integrado. Uma iniciativa importante nesse sentido seria a divulgação permanente dos programas e ações dessa secretaria possibilitando, assim, a circulação de informações sobre os programas e ações de assistência estudantil, tanto para os estudantes quanto para os funcionários, em especial, para os docentes.

Por fim, coloca-se diante da gestão, o desafio de fomentar o trabalho da SPE em equipes multidisciplinares. O PDI - 2011-2015 do CEFET-MG (CEFET, 2012) caracteriza os programas e ações da SPE como transversais, já que estes percorrem todos

os níveis e modalidades de ensino da instituição. Assim, o documento prevê ações voltadas para o atendimento ao estudante de forma integrada, envolvendo a participação de equipe multidisciplinar “para um tratamento mais adequado das questões individuais e/ou coletivas referentes ao processo de formação escolar” (p. 106).

A entrevistada 01, mesmo considerando os desafios da assistência estudantil, não deixa de mencionar os avanços alcançados pela PAE:

Quanto aos ganhos, primeiramente, foi a implementação de uma política proposta pela equipe, política institucional feita para os estudantes. Esse foi um marco muito importante na vida dos estudantes dos CEFET. Essa política veio antes dos debates das universidades. Foi um marco fundamental e isso já faz dez anos! A gente vai comemorar o ano que vem. E com isso, há a institucionalização tanto das discussões, como dos recursos... Antes mesmo de haver recurso federal, nós já tínhamos a garantia de recursos específicos e negociados na instituição para a política estudantil. Há o reconhecimento e comprometimento de institucionalização dessas políticas na Instituição. (Entrevistada 01, Caderno de Campo, entrevista 01, em 28/10/2014).

A gestora responsável pela Coordenadoria do Programa de Bolsas e Apoio Psicossocial, denominada como entrevistada 02, esclarece que sua função na SPE é a de acolher e conhecer os contextos dos estudantes que pleiteiam o aporte financeiro, compreendendo que a demanda deles é bem mais ampla do que se apresenta inicialmente.

De acordo com ela, os estudantes trazem consigo não somente suas expectativas, mas também as esperanças de seus familiares que acreditam que a inserção de seus filhos na instituição garantirá, em médio prazo, melhoria de suas condições de vida. Por isso, quando as famílias percebem que não terão recursos econômicos suficientes para manterem seus filhos nos cursos em que se encontram matriculados, elas procuram, imediatamente, a Coordenadoria do Programa de Bolsas.

O estudante quando procura a gente está valorizando o curso do CEFET-MG, porque ele se desespera quando percebe que não tem condições de permanecer aqui por causa de transporte e alimentação (Entrevistada 02, Caderno de Campo, entrevista no dia 08/10/2014).

Nesse contexto, sabendo que os estudantes têm a necessidade de informações relativas à PAE do CEFET-MG, a SPE mobiliza, no início do ano letivo, diferentes estratégias para divulgação dos seus programas e ações, a fim de que a informação sobre o trabalho desenvolvido pela assistência estudantil alcance a todos no momento em que se matriculam na instituição. Essa mobilização é marcada pelo compromisso de apoiar aqueles que, sem o suporte dos programas, teriam dificuldade de permanecerem em seus cursos.

A primeira estratégia de divulgação é a utilização do *site* da instituição como suporte para divulgação do trabalho desenvolvido pela SPE. Aliada a essa estratégia, a coordenadoria do Programa de Bolsas e Apoio Psicossocial, realiza um trabalho de divulgação, denominado pela entrevistada 02, de “*corpo a corpo*”. Ela relata que, desde o início de 2011 a SPE, em parceria com a Secretaria de Registro e Controle Acadêmico<sup>7</sup>, organizou um fluxo de atendimento bastante simples, mas que tem se mostrado eficaz ao longo dos últimos três anos. Tal estratégia consiste

7 É a unidade organizacional responsável por gerenciar, manter, padronizar e unificar as atividades relacionadas ao controle dos registros acadêmicos em todos os níveis de ensino da Instituição.

em encaminhar todos os estudantes, após a efetivação de sua matrícula à Coordenação de Bolsas e Apoio Psicossocial.

Olha, a gente atualmente tá indo no corpo a corpo... Então no dia da matrícula... como você está falando... a gente trabalha com todo mundo. Na matrícula maior, do início do ano do técnico, quando tem um número enorme de matrícula, a gente escolhe um espaço em que ficam o Registro Escolar, a UNE<sup>8</sup> que faz as carteirinhas... da Prefeitura e a Assistência Estudantil. Isso aí aconteceu nos últimos três anos. Então, na hora em que o estudante sai da matrícula ele já é encaminhado pelo Registro Escolar para a Assistência Estudantil. Nessa hora a gente explica para cada estudante que entra... todos os estudantes ... a gente faz questão de falar com todos, para que todos tenham conhecimento da Assistência Estudantil (Entrevistada 02, Caderno de Campo, entrevista no dia 08/10/2014).

Sobre a interrupção do pagamento dos valores relativos às bolsas, a entrevistada 02 informa que embora o regulamento tenha instituído a obrigatoriedade de rendimento escolar de, no mínimo, 60%, ninguém deixou de receber as bolsas devido a notas baixas. Apenas a infrequência ocasionaria o corte da bolsa.

Olha, a evasão é muito baixa entre os bolsistas e o desenvolvimento escolar é bom. Tem uma cláusula que o aproveitamento precisa ser de no mínimo 60%. Mas eu não levo muito a ferro e fogo... Agora, se não existe a permanência, o menino é infrequente... aí não justifica ele receber bolsa. Para saber sobre a frequência dos meninos nós temos usado um instrumento bastante básico. Não é uma coisa complexa... É uma lista mensal que os estudantes têm que vir assinar aqui. Ela fica disponível por dez dias na recepção da coordenação no horário de 8:00 às 20:00. Eles têm que vir uma vez por mês assinar e muitos não vêm... Aí, a gente tem que acompanhar porque o Fulano não veio. O que a gente faz? Ele pode ter esquecido na primeira vez, mas se na segunda vez ele não assinar é um alerta que a gente tem de ir atrás. (Entrevistada 02, Caderno de Campo, entrevista no dia 08/10/2014).

O esforço empreendido para o monitoramento das faltas pela SPE revela a necessidade de se instituir trabalho mais integrado entre as secretarias, departamentos e setores, de forma a possibilitar o acompanhamento sistemático da frequência e das notas dos alunos bolsistas, variáveis importantes a serem consideradas no estudo sobre a permanência. Sobre a dimensão política da bolsa, a entrevistada 02 concebe o Programa de Bolsas como um nivelador social na medida em que procura garantir a todo estudante as mesmas condições para a continuidade de seus cursos, reforçando o princípio de que todos devem, indistintamente, ter acesso à educação pública e de qualidade.

Porque a política de direito é justamente isso... é para quebrar o ciclo da exclusão e da miserabilidade. Ela vem nesse sentido e a sociedade precisa entender isso, porque todos pagam impostos (Entrevistada 02, Caderno de Campo, entrevista no dia 08/10/2014).

---

8 União Nacional dos Estudantes.

## **A permanência e suas relações com a Política de Assistência Estudantil na perspectiva do estudante bolsista**

O poder público, ao reconhecer a permanência escolar como um direito do estudante, assume a responsabilidade de garantir formas para que, efetivamente, todos eles, independentemente do nível de ensino em que estão matriculados, concluam os cursos iniciados. As políticas de cotas, o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), o Programa Universidade para Todos (Prouni), a educação integral<sup>9</sup> e o Programa Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Públicas de Educação Superior (PNAES) são exemplos de ações do poder público voltadas para a promoção da permanência escolar. Nesse bojo, a assistência estudantil é uma importante política voltada para a promoção da permanência dos estudantes, principalmente daqueles pertencentes à população de baixas condições socioeconômicas.

Considerada a responsabilidade do Estado, faz-se necessário conhecer como aquele a quem se destina essas legislações e, conseqüentemente, esses direitos, interpreta as ações e os programas voltados para a sua permanência na escola. No caso específico deste estudo, o objetivo é entender como os estudantes do CEFET-MG, regularmente matriculados na Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM), na forma integrada ao Ensino Médio regular, compreendem a permanência escolar e quais relações estabelecem entre esse direito e a Política de Assistência Estudantil (PAE) dessa instituição de ensino.

Para tanto, a coleta de dados utilizou-se de dois instrumentos: um questionário semiaberto e uma entrevista semiestruturada. Os sujeitos da pesquisa atenderam aos seguintes critérios: estarem matriculados, no período diurno, em algum curso técnico na forma integrada, a partir de ano de 2012; ser estudante bolsista atendido por um dos Programas de Bolsas: Permanência, Emergencial ou de Complementação Educacional; identificar-se, espontaneamente, como estudante bolsista quando do preenchimento do questionário; e, só após o preenchimento desse instrumento, participar de entrevista.

Observando os critérios estabelecidos para a coleta de dados neste estudo, foram respondidos 67 questionários e realizadas 13 entrevistas com bolsistas dos PBP e BCE. Após a autoidentificação do estudante e preenchimento do questionário, os que se disponibilizaram foram encaminhados à entrevista em outro espaço da instituição que não a sala de aula.

### **Caracterização dos sujeitos da pesquisa**

Autoidentificaram-se, como bolsistas dessa instituição de ensino, por ocasião da aplicação do instrumento de coleta de dados, 67 estudantes. Destes, 13 disponibilizaram-se a participar de entrevista, representando 19,40% do total de respondentes do questionário. A idade média de 71% dos bolsistas que participaram desse estudo é de 16 a 18 anos.

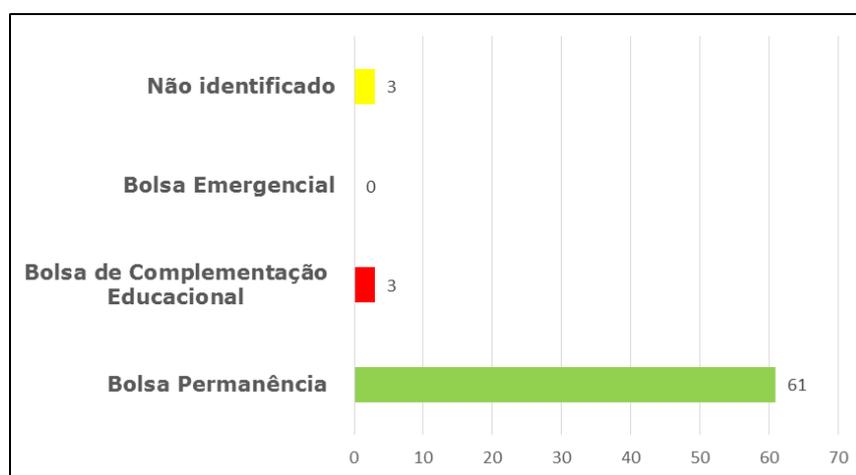
O questionário abrangeu 09 cursos, sendo o curso de Eletrônica o que alcançou maior representatividade em relação ao número de respondentes (33%), seguido

9 A Educação Integral é denominada no âmbito do Plano de Desenvolvimento Escolar (PDE), de Programa Mais Educação. Esse programa propõe a articulação intersetorial e intergovernamental assumindo que as desigualdades tem suas bases nas condições de acesso e na qualidade de permanência das crianças e adolescentes das escolas públicas.

pelo curso de Hospedagem (13%). As entrevistas abrangeram 05 cursos: Mecatrônica, Eletrônica, Meio Ambiente, Equipamentos Biomédicos, Eletrotécnica e Hospedagem.

Os bolsistas sujeitos dessa pesquisa, em sua totalidade, são atendidos pelo PBP e BCE, não se autoidentificando estudante que, em algum momento de seu percurso escolar no CEFET-MG tenha sido beneficiado com o Programa de Bolsa Emergencial, conforme demonstrado no gráfico 01.

**Gráfico 01** - Bolsistas sujeitos da pesquisa atendidos pelo Programa de Bolsas - por tipo de bolsa



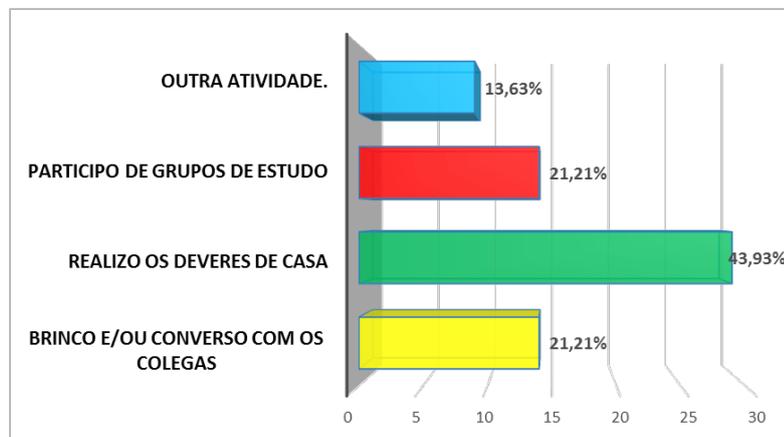
Fonte: CEFET- MG. Questionários, janeiro de 2015

A maioria dos bolsistas, 70,14%, declara que recebeu o valor referente à sua bolsa ainda no primeiro semestre de seu curso e, 83,33% daqueles que estão na instituição desde 2012 receberam o suporte financeiro desde o início até a conclusão de sua escolarização na EPTNM, prevista para início de fevereiro de 2015.

### Tempo dedicado aos estudos

Os bolsistas consideram que o tempo dedicado aos estudos é uma exigência que resulta em um diferencial pedagógico de ordem qualitativa para os estudantes do CEFET-MG. Assim, ao se referirem ao Programa de Bolsas são unânimes na afirmação de que sem o apoio financeiro não poderiam dedicar-se, exclusivamente, aos estudos. Assim, não é de se estranhar que, do universo de 67 bolsistas, 45,97% permaneçam na escola por um período para além das 08 horas diárias obrigatórias. O gráfico 02 apresenta as atividades desenvolvidas por esse grupo de bolsistas.

**Gráfico 02** - Atividades desenvolvidas pelos bolsistas sujeitos da pesquisa, que permanecem mais de 08 horas diárias no CEFET-MG



Fonte: CEFET. Questionários, janeiro de 2015

### O significado do suporte financeiro

O apoio financeiro, de acordo com os bolsistas, assume especial importância para a continuidade de seus estudos, e, não raramente, eles revelam que sem esse recurso não poderiam se manter no CEFET-MG.

Para mim é total! (referindo-se à importância da bolsa) É ela que me possibilita vir para cá... Porque as passagens de ônibus estão super caras, se não fosse a Bolsa permanência seria muito complicado para a minha família (Entrevistado 01).

Se não fosse a bolsa eu não teria como estudar aqui (Estudante 09).

Além da necessidade premente do apoio financeiro para darem continuidade aos estudos no CEFET-MG, os bolsistas explicitam a preocupação que possuem em não comprometerem o orçamento familiar com sua escolarização. Essa é uma variável a ser considerada na compreensão do significado que o suporte financeiro adquire para esses estudantes. Assim, não raramente, eles atribuem à bolsa a sensação de tranquilidade que possuem, pois não teriam “cabeça” para estudarem, por conta da preocupação de se tornarem mais uma “despesa” a comprometer os poucos recursos de seu grupo familiar.

### A relação entre a permanência, a bolsa e o desempenho escolar

Sobre as relações que os bolsistas estabelecem entre a permanência, a bolsa e o desempenho escolar os respondentes são enfáticos ao afirmarem que o desejo de aprender e ter sucesso nos estudos precedeu o recebimento do aporte financeiro. Contudo, consideram que a bolsa materializa as condições necessárias para uma educação de qualidade à medida que lhes permite dedicarem-se, exclusivamente, aos estudos.

Ah, com certeza. Quando eu recebo a bolsa eu fico mais livre para estudar mais, então eu consigo me empenhar mais e ter um desenvolvimento melhor... caso contrário eu teria que perder a bolsa... então, justificar... ou procurar uma atividade fora do quesito educacional... aí seria pior pra mim, com certeza! (Entrevistado 05).

### **A permanência e o Programa de Bolsas**

Os bolsistas demonstram que sua inclusão no Programa de Bolsas é de suma importância para a continuidade de seus estudos no CEFET-MG, com declarações do tipo “se não fosse a bolsa eu não teria como estudar aqui!” (Entrevistado 11); ou, “a bolsa é de fundamental importância para mim!” (Entrevistado 12), eles reforçam a necessidade de apoio econômico. Eles, também, possuem uma compreensão sobre a organização econômica de seu grupo familiar, e, por isso, compreendem o significado dos gastos relativos à sua escolarização no orçamento doméstico. Nesse sentido, o suporte financeiro os ajuda a não se sentirem culpados por consumir parte dos recursos familiares com os estudos.

Bom, eu acho que ajudou na questão de aliviar o peso dos gastos do CEFET-MG pra minha mãe, assim... porque a questão de ter de se preocupar com gasto em casa e com as coisas que minha mãe teria que comprar sem poder, provavelmente me prejudicaria psicologicamente... Então pra mim ficaria mais difícil de dar continuidade as coisas. Tendo a bolsa, isso alivia... (Entrevistado 06).

Ah... ajuda... Te dá menos preocupação...seus pais tirando dinheiro pra você pagar passagem.... eu acho que alivia... (Entrevistado 03).

Diante do exposto, os dados revelam que 73% dos respondentes compreendem que a bolsa é um aporte financeiro voltado para a garantia de sua permanência na instituição.

### **Considerações finais**

Na análise dos depoimentos dos 67 bolsistas sujeitos desta pesquisa verifica-se a existência de sentimento de pertencimento que eles estabelecem com o CEFET-MG. Esse sentimento pode ser interpretado a partir de duas dimensões muito citadas por eles: o prestígio e reconhecimento social da instituição e a relação direta que eles estabelecem entre os cursos e a esperança de melhoria de qualidade de vida. Ou seja, para eles, a escolarização nessa instituição representa a esperança de um futuro melhor, principalmente quando consideram que sua inserção no mundo do trabalho pode se dar em funções mais qualificadas e, portanto, com salários mais vantajosos.

Nos depoimentos dos bolsistas são recorrentes as declarações sobre a qualidade do ensino, a rotina intensa de estudos e as exigências próprias do mundo acadêmico como um diferencial do CEFET-MG.

Sobre a relação entre desempenho escolar e o Programa de Bolsas, os bolsistas afirmam que embora se sintam responsáveis por alcançarem melhores resultados, a motivação e o desejo de aprender são anteriores ao recebimento do aporte

financeiro. Assim, os respondentes compreendem que a bolsa permite que eles se dediquem exclusivamente aos estudos, sem preocuparem-se com as despesas decorrentes dessa escolarização. Nesse sentido, os bons resultados escolares seriam consequência das condições adequadas ao estudo, a exemplo da ampliação do tempo de permanência na escola.

Os gestores da SPE compreendem que a Política de Assistência Estudantil, particularmente, do Programa de Bolsas deveria ser universal e estendida a todos, ou seja, não deveria ser excludente, no sentido de que, para atender a alguns, deixa-se de atender a outros. As gestoras da SPE apontam que a assistência estudantil possui resquícios de uma política compensatória, por isso o engajamento da instituição é tão importante para que, o que hoje é uma Política de Governo, seja instituída como de Política de Estado.

## Referências

ABREU, Edna Maria Coimbra de. **A assistência ao estudante no contexto da expansão da Educação Profissional e Tecnológica no Maranhão**: avaliação do processo de implementação. 2012. 197 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Maranhão, 2012.

ALBINO, Ivone Braga. **Acesso e permanência na universidade federal do Rio Grande do Norte sob o ponto de vista do docente e do estudante com deficiência**. 2010. 205 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

ALGEBAILLE, Eveline. **Escola pública e pobreza no Brasil**: a ampliação para menos. Rio de Janeiro: Lamparina, Faperj, 2009.

ARANHA, Antonia Vitória Soares; PENA, Carolina Silva e RIBEIRO, Sérgio Henrique Rodrigues. Programas de inclusão na UFMG: o efeito bônus e do Reuni nos quatro primeiros anos de vigência – um estudo sobre acesso e permanência. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, v. 28, n.4, p. 317-345, out/dez, 2012.

BARRETO, Paula Cristina da Silva. Apoio à permanência de estudantes de escolas públicas e negros em universidades públicas brasileiras. In: BRANDÃO, André Augusto. (Org.). **Cotas raciais no Brasil**: a primeira avaliação. v. 1. Rio de Janeiro: DP&A, 2007.

BITTAR, Mariluce; ALMEIDA, Carina E. Maciel de. Mitos e controvérsias sobre a política de cotas para negros na educação superior. **Educar em revista**. Paraná, n. 28, p. 141-159, jul/dez. 2006. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br>. Acesso em julho de 2014.

BRASIL. **Decreto n. 5.154 de 23 de julho de 2004**. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os artigos 39 a 41 da Lei n. 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm). Acesso em agosto de 2013.

BRASIL. **Lei n. 9394, 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em julho de 2013.

BRASIL. **Lei n. 11.892 de 29 de dezembro de 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm). Acesso em agosto de 2014.

CARIAS, Aureliana de Jesus Cruz. **Transformando as velhas formas de viver**: o desafio da permanência dos estudantes adultos no ensino noturno. 2009. 160 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2009.

CARRASCO, Pablo Javier Castro *et al.* Teorias subjetivas de professores sobre a motivação e suas expectativas de sucesso e fracasso escolar. **Educar em Revista**. Curitiba, s/v, n. 43, p.159-172, out/dez, 2012.

CARVALHO, Cristiane Queiroz Leite. **O processo de trabalho do(a) assistente social na universidade pública**: análise da “política de assistência estudantil” da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. 2012. 199 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

CASTRO, Rute Ribeiro de M. et al. O desenvolvimento de uma investigação da evasão, sucesso escolar e trabalho docente na EPT. In: **III Colóquio sobre evasão escolar na Educação Profissional Técnica**. Belo Horizon-

te: FAE/UFMG, 2013. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/o/#folders/OB1yMsJLydsHnNm02WBqVml2WmM>. Acesso em fevereiro de 2014.

CAVALCANTE, Maria Cleide Lima Pereira. **Políticas de educação superior: acesso e permanência de estudantes trabalhadores dos cursos noturnos (1966-2006)**. 2008. 131 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Católica Dom Bosco, 2008.

CEFET-MG. **Resolução CD n. 049/2012**. Estabelece a estrutura organizacional do CEFET-MG e cria a Secretaria de Política Estudantil (SPÉ). Disponível em: <http://www.assistenciaestudantil.cefetmg.br/site/sobre/documentos.html>. Acesso em dezembro de 2014.

CEFET-MG. 100 anos: linha do tempo. Disponível em: <http://www.100anos.cefetmg.br/site/100anos/linha-tempo.htm>. Acesso em dezembro de 2014.

CEFET-MG. **Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI: política institucional: 2011-2015**. Belo Horizonte: CEFET-MG, 2012. Disponível em: [http://www.conselhodiretor.cefetmg.br/galerias/Arquivos\\_ConDir/Resolucoes/Resolucoes\\_2011/Resolucoes\\_2011\\_AneXos/RES\\_CD\\_135\\_11\\_ANEXO.pdf](http://www.conselhodiretor.cefetmg.br/galerias/Arquivos_ConDir/Resolucoes/Resolucoes_2011/Resolucoes_2011_AneXos/RES_CD_135_11_ANEXO.pdf). Acesso em dezembro de 2014.

CEFET-MG. **Resolução 136/2006 que altera a Resolução CD-083/2004**. Aprova o Regulamento da Política de Assuntos Estudantis. Disponível em: [http://www.conselhodiretor.cefetmg.br/galerias/Arquivos\\_ConDir/Resolucoes/Resolucoes\\_2006/RES\\_CD\\_136\\_06.pdf](http://www.conselhodiretor.cefetmg.br/galerias/Arquivos_ConDir/Resolucoes/Resolucoes_2006/RES_CD_136_06.pdf). Acesso em dezembro de 2014.

COSTA, Cilene Maria de Oliveira. **Sucesso escolar de jovens egressos da escola pública: do ensino médio para o superior**. 2013. 93 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

COSTA, Simone. **A equidade na Educação Superior: uma análise da Política de Assistência Estudantil**. 2011. 203 p. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

CRUZ, Neilton Castro da. **Casos pouco prováveis: trajetórias ininterruptas de estudantes da EJA no ensino fundamental**. 2011. 118 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

DAVIS, Claudia; NUNES, Marina e NUNES, Cesar. Metacognição e sucesso escolar: articulando teoria e prática. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v.35, n.125, p. 205-230, mai/ago, 2005.

DIAS, Ana Cristina Garcia; ARPINI, Dorian Mônica e SIMON, Bibiana Rosa. Um olhar sobre a família de jovens que cumprem medidas socioeducativas. **Psicologia e Sociedade**. Florianópolis, v.23, n.3, p. 526-535, set/dez. 2011(a).

DIAS, Aline Fávoro. **O jovem autor de ato infracional e a educação escolar: significados, desafios e caminhos para a permanência na escola**. 2011 (b). 169 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de São Carlos, 2011.

DOEBER, Michele Barcelos. **Reconhecer-se diferente é a condição de entrada; tornar-se igual é a estratégia de permanência: das práticas institucionais à constituição de estudantes cotistas negros na UFRGS**. 2011. 167p. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

DORE, Rosemary; LÜSHER, Ana Zuleinma. Permanência e evasão na Educação Técnica de Nível Médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, v. 41, n. 144, p.772-789, set./dez. 2011.

DYTZ, Aline Guerra; SHRIMER, Sirlei Nadia; ROSA, Thiago Silva da. Políticas públicas para a permanência qualificada dos acadêmicos nos cursos de Graduação. In: **X Colóquio Internacional sobre gestão universitária na América do Sul**. MG: FAE-UFMG, Dezembro, 2010.

FABRES, Sonia Amara Pereira. **O processo de inclusão/exclusão sob o olhar dos alunos que ingressaram no IFSul – campus Pelotas – através da isenção da taxa de inscrição do processo seletivo**. 2013. 234p. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Política Social. Universidade Católica de Pelotas, 2013.

FAVARO, Dias Aline. **O jovem autor de ato infracional e a educação escolar: significados, desafios e caminhos para a permanência na escola**. 2011. 170 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de São Carlos, 2011.

FAVERO, Rute Vera Maria. **Dialogar o evadir: eis a questão!** Um estudo sobre a permanência e a evasão na Educação a Distância. 2009. 167 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

FERNANDES, Nídia Gizelli de Oliveira. **A Política de Assistência Estudantil e o Programa Nacional de Assistência Estudantil: o caso da Universidade Federal de Itajubá**. 2012. 200 p. Tese (Doutorado em educação). Faculdade de Educação. Universidade de Educação de São Paulo, 2012.

FERREIRA, Solange Leme. Ingresso, permanência e competência: uma realidade possível para universitários com necessidades educacionais especiais. **Revista Brasileira de Educação Especial**. Marília, v.13, n.1, p.43-60, jan./abr. 2007

FINATTI, Betty Elmer. **A assistência estudantil na Universidade Estadual de Londrina (UEL)**. 2007. 262 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social. Universidade Estadual de Londrina, 2007.

FREITAS, Luiz Carlos. Qualidade negociada: avaliação e contra regulação na escola pública. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 26, n. 92, p. 911-933, Especial - Out. 2005.

GLÓRIA, Dília Maria Andrade e MAFRA, Leila de Alvarenga. A prática da não-retenção escolar na narrativa de professores do ensino fundamental: dificuldades e avanços na busca do sucesso escolar. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.30, n. 2, p. 231-250, mai/ago, 2004.

GONÇALVES, Vivianne Satte Alam. **A assistência estudantil como política social no contexto da UFPEL: concepções, limites e possibilidades**. 2011. 123 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Política Social. Pontifícia Universidade Católica de Pelotas, 2011.

HORTA, José Silvério Baia. Direito à educação e obrigatoriedade escolar. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, s/v, n. 104, jul/out, 1998.

KOWALSKY, Aline Viero. **Os (des) Caminhos da Política de Assistência Estudantil e o Desafio na Garantia de Direitos**. 2012. 180 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2012.

KRAINSKI, Luzia Bittencourt. **A política de cotas nas UEPG: em busca da democratização da educação superior**. 2013. 194 p. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2013.

LENSKIJ, Tatiana. **Direito à permanência na escola: a lei, as políticas públicas e as práticas escolares**. 2006. 179 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós- Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

LIMA, C. Pereira de. Educação básica e Educação Superior: trajetória de estudantes da rede pública na universidade pública. In: **ALAS**, 2011. GT25: Educação e desigualdade social. Recife: ALAS, 2011. Disponível em: <http://www.alas2011recife.com>. Acesso em julho de 2013.

LOPES, Rosilene Beatriz e GOMES, Candido Alberto. Paz na sala de aula é uma condição para o sucesso escolar: que revela a literatura? **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**. Rio de Janeiro, v. 20, n. 75, p. 261-282, abr/jun, 2012.

LOPES, Maura Corcini; VEIGA-NETO, Alfredo. Políticas de inclusão e governabilidade. **Revista Educação e Realidade**. Rio Grande do Sul, Vol. 34, n. 02, p.153-169, maio/ago de 2009.

MENEZES, Simone Cazarin de. **Assistência estudantil na educação superior pública: o programa de bolsas implementado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro**. 2012. 147 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2012.

MORAIS, Ana Maria; NEVES, Isabel Pestana. Estudo do posicionamento dos alunos na sua relação com o sucesso escolar. **Educação e Realidade**. Rio Grande do Sul, n.1, vol.38, p.293-318, jan./mar. 2013.

MOREIRA, Laura Ceretta; BOLSANELLO, Maria Augusta; SEGER, Rosangela Gehrke. Ingresso e permanência na universidade: alunos com deficiências em foco. **Educar em revista**. Curitiba, n.41, p. 125-143, jul./set. 2011.

NORO, Margarete Maria C. **Gestão de processos pedagógicos no PROEJA: razão de acesso e permanência**. 2011. 177 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

OLIVEIRA, Paula Cristina Silva de Oliveira. **Alfabetizando/as da EJA: as razões da permanência nos estudos**. 2011(a). 140. p. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

OLIVEIRA, Eliana Alves de. **Assistência estudantil: percepção dos estudantes dos campi I e II do CEFET-MG**. 2011(b). 119 p. Dissertação (Mestrado em Administração). Programa de Pós-Graduação em Administração. Faculdade Novos Horizontes, 2011.

RAMALHO, Ludmila Eleonora Gomes. **Abordagem Avaliativa da Política de Assistência Estudantil em uma instituição educacional**. 2013. 162 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Juiz de Fora. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, 2013.

REZENDE, Luiz Alberto et al. Um estudo sobre a evasão nos cursos presenciais do Instituto Federal de Ciência, Educação e Tecnologia do Triângulo Mineiro. In: **III Colóquio sobre evasão escolar na Educação Profissional Técnica**. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2013. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/o/#folde/rs/oBiyMsJLydsHnNmo2WlBqVml2WmM>. Acesso em fevereiro de 2014.

RODRIGUES, Bianca Aguiar Correia. **Passar é fácil**: continuar é que é difícil... A permanência dos alunos bolsistas da PUC - Rio. 2008. 176 p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2008.

SANTOS, Soraya Vieira. **A ampliação do tempo escolar em proposta de educação Pública Integral**. 2009 (a). 138 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Goiás, 2009.

SANTOS, Dyane Brito Reis. **Para além das cotas**: a permanência de estudantes negros na Educação Superior como política de ação afirmativa. 2009(b). 214 p. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal da Bahia, 2009.

SANTOS, Cristiane da Silva. **Políticas de acesso e permanência de alunos com deficiência em universidades brasileiras e portuguesas**. 2012. 93 p. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Uberlândia, 2012.

SARKIS, Paulo Jorge. Equidade de acesso à educação Superior: o caso da UFSC. In: PEIXOTO, Maria do C. de Lacerda (Org.). **Universidade e democracia**: experiências e alternativas para ampliação do acesso à Universidade pública brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 2004.

SEVERINO, Caroline Silva *et al.* Evasão no ensino profissional superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro - IFTM – *campus* Uberlândia. In: **III Colóquio sobre evasão escolar na Educação Profissional Técnica**. Belo Horizonte: FAE/UFMG, 2013(a). Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/o/#folders/oB1yMsJLydsHnNmo2WlBqVml2WmM>. Acesso em fevereiro de 2014.

SEVERINO, Caroline Silva *et al.* Evasão nos cursos presenciais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro (IFTM) – *campus* Uberlândia. In: **III Colóquio sobre evasão escolar na Educação Profissional Técnica**. Belo Horizonte: FAE/UFMG, setembro de 2013(b). Disponível em: <https://drive.google.com/drive/u/o/#folders/oB1yMsJLydsHnNmo2WlBqVml2WmM>. Acesso em fevereiro de 2014.

SILVA, Monica Ribeiro da; PELISSARI, Lucas Barbosa; STEIMBACH, Allan Andrei. Juventude, escola e trabalho: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.39, n.2, p. 403-417, abril/jun. 2013 (a).

SILVA, Wander Augusto. **Fatores de permanência e evasão no programa de educação profissional de Minas Gerais (PEP/MG)**. 2013(b). 221 p. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

SOARES, Ana Cristina Silva. **A inclusão de alunos com deficiência visual na Universidade Federal do Ceará**: ingresso e permanência na ótica dos alunos, docentes e administradores. 2011. 240p. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira. Universidade Federal do Ceará, 2011.

SOLFA, Glaziela Cristiani. **Processos de acesso, permanência e inclusão de adolescentes em situação de vulnerabilidade na rede municipal de ensino de São Carlos**. 2008. 167 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade de São Paulo, 2008.

TORALES, Marília Andrade. Entre kronos e kairós: o sentido e as implicações da ampliação do tempo de permanência dos estudantes na escola. **Educar em Revista**. Curitiba, s/v, n.45, p. 125-135, jul/set. 2012.

VARGAS, Michely de Lima Ferreira. **Educação Superior, assistência estudantil e mercado de trabalho**: um estudo com egressos da UFMG. 2008. 203 p. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

VERDASCA, José Lopes Cortes. Turma Mais: uma experiência organizacional direcionada à promoção do sucesso escolar. **Ensaio: avaliação de políticas públicas em educação**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 55, p. 241-254, abril/jun. 2007.

VIANA, Maria José Braga. **Longevidade escolar em famílias populares**: algumas condições de possibilidade. Goiânia: Editora UCG, 2007.

ZAGO, Nadir. Do acesso à permanência na Educação Superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, vol.11, n.32, p. 226-237, maio/ago. 2006.

ZUTTIN, Marlene Aparecida da Silva. **Entre o dito e o feito**: a garantia de permanência dos alunos no ensino fundamental nas escolas do município de Araras – SP. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de São Carlos, 2008.

1 Os estudos de Oliveira (2011) e Ramalho (2013) foram agregados ao levantamento bibliográfico, mesmo que não estejam publicados na BDTD. Considerou-se importante incluí-los neste estudo porque ambos atendem aos descritores utilizados na seleção da bibliografia e foram desenvolvidos no CEFET-MG.